

Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, 523 páginas, ilustrações.

João Pedro Marques *

O primeiro capítulo de *O Trato dos Viventes* é uma versão revista de um artigo já publicado em 1991¹ e no qual Alencastro procura explicar como Portugal estabeleceu o seu domínio económico e político no Atlântico Sul: para fazer com que “os rios coloniais corre(ss)em para o mar metropolitano” (p. 22), a Coroa, escorada na Igreja, terá restringido as prerrogativas inicialmente concedidas aos povoadores de um e de outro lado do Atlântico, impondo, a partir de 1580, um regime de exclusivo; em paralelo, foi criando um sistema baseado na pilhagem dos povos africanos e na agricultura escravista americana, gerando um espaço económico e social bipolar que cerziu Angola ao Brasil. O autor defende que o tráfico de escravos foi o elemento decisivo do domínio português, e por várias razões: em primeiro lugar porque alimentou generosamente o Erário através dos impostos lançados sobre os escravos; depois, porque, no Brasil, a chegada dos africanos “libertou” o índio da inevitabilidade da escravidão, permitindo amainar o conflito nascido a esse respeito entre colonos e jesuítas; em terceiro lugar porque, com a escassez de numerário, os negreiros vendiam a escravaria a crédito, aceitando pagamentos em géneros, o que permitiu controlar a comercialização da produção agrícola colonial, nomeadamente a do açúcar. Por estes e outros motivos o tráfico foi o ele-

* Instituto de Investigação Científica Tropical

¹ Luiz Felipe de Alencastro, “The apprenticeship of colonization”, in Barbara Solow (ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge University Press, Cambridge, 1991, pp. 151-176.

mento que melhor permitiu a “colonização dos colonos”, isto é, a sua captura na malha metropolitana. Em consequência, moldou o conjunto da economia, da sociedade e da política brasileiras, enquanto que, em África, constituiu-se em alavanca para a pilhagem de toda uma região. Através dele operou-se a complementaridade entre Angola e Brasil o que afastou a possibilidade de um desenvolvimento divergente e, mais ainda, concorrencial, entre os dois territórios tropicais portugueses.

Este primeiro capítulo constitui como que uma síntese e um programa. De facto, o resto do livro revolve-se, de permeio com outros aspectos da história do eixo Brasil-Angola, em torno daquilo que ficou enunciado nas páginas iniciais e, sobretudo, em redor daquilo que Alencastro designa por política de rapina dos portugueses em Angola. Nesse sentido cada um dos capítulos seguintes pode ser visto como uma variação sobre um mesmo pano de fundo e aquilo que melhor os diferencia é, antes do mais, a tónica. É a particular insistência num ou noutro aspecto da problemática já resumida que confere a cada um deles uma tonalidade particular.

Assim, o capítulo 2 incide mais particularmente nos primeiros momentos do comércio negreiro desde as capturas iniciais no litoral saariano até aos seus desenvolvimentos em São Tomé – o primeiro laboratório do escravismo tropical –, no reino do Congo e em Angola, uma região onde a “imbricação da pilhagem directa com o comércio ultramarino atinge uma intensidade sem paralelo” (p. 76). O capítulo 3 acentua o papel de Lisboa como centro nevrálgico negreiro, sobretudo a partir de finais do século XVI, altura em que grandes negociantes portugueses arremataram os contratos (ou *asientos*) para fornecimento de escravos à América Espanhola. Alencastro chama a atenção para o facto de alguns dos *asientistas* terem acumulado com a posição de contratadores do tráfico de Angola e, até, com a de governadores da possessão, como sucedeu com João Rodrigues Coutinho, irmão do mais famoso Manuel de Sousa Coutinho (frei Luís de Sousa), ambos envolvidos – se bem que em diferente grau – no negócio da escravatura. Gente que muitas vezes operava contra ordens expressas da metrópole e que estimulava a guerra de rapina em benefício próprio. Porque os *asientos* equivaliam ao abastecimento de escravos às Índias de Castela e forneciam a ocasião para contrabandear manufacturas europeias por prata e outras produções coloniais espanholas, converteram-se num óptimo negócio. Terá faltado a Alencastro sublinhar que, por insti-

tuírem um regime de monopólio no fornecimento de braços, os *asientos* também permitiam manipular a oferta e, por isso, continuaram a ser um excelente negócio nos séculos XVII e XVIII. Os *asientistas* raramente forneceram o número de escravos a que se tinham obrigado por contrato, forjando uma carência de mão-de-obra que lhes permitia inflacionar o preço de venda². No capítulo 4 estão, sobretudo, em causa as formas de relação com o índio brasileiro. Aí, para além de se analisarem os efeitos do impacto bacteriológico nas populações ameríndias, explicam-se as circunstâncias do trabalho compulsivo e a forma como os índios foram fixados nas imediações das plantações, para servirem de antepara aos ataques das tribos não pacificadas e para dificultarem a fuga dos escravos da área dos engenhos. O capítulo 5 descreve o modo como a doutrina religiosa se moldou às realidades ultramarinas e analisa, de forma muito bem conseguida, o papel desempenhado pelos membros do clero (sobretudo os jesuítas) como legitimadores ideológicos e, também, beneficiários do sistema escravista. O capítulo 6 estuda como, com as dificuldades ligadas à guerra e ocupação holandesas, os brasileiros recuperaram e ampliaram a escravização dos índios antes de tomarem o negócio transatlântico em mãos. A partir de então – e é esse o tema do capítulo 7 – o Rio de Janeiro tornou-se a capital negreira do mundo e o Brasil, que tinha assumido o esforço de reconquista de Luanda aos holandeses, foi contornando a metrópole no negócio dos escravos.

Ou seja, *O Trato dos Videntes* é uma história do eixo Brasil-Angola nos séculos XVI e XVII que se vai construindo por sucessivo desdobramento de um capítulo inicial onde a problemática ficara já enunciada e sintetizada. O livro assenta numa boa análise e é servido por uma narrativa viva, extremamente colorida. Para além disso, presenteia o leitor com um entrançado de ideias muito estimulantes e uma apreciável riqueza informativa. Todavia, porque a narrativa não segue, a não ser vagamente, uma ordem cronológica, e, também, porque há um frequente regressar aos mesmos episódios, personagens e problemáticas, a obra transmite aqui e além a

² Para os *asientos* nos séculos XVII e XVIII ver Johannes Postma, "The dutch and the asiento slave trade; African slaves to the Spanish American colonies, 1662-1715", in Serge Daget (ed.), *De la traite a l'esclavage*, Tome I. C.R.H.M.A./Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, Nantes, 1988, p. 299; e David Murray, *Odious Commerce: Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*, Cambridge, Cambridge University Press, Cambridge, 1980.

ideia de andar em círculo. Talvez ficasse a ganhar com uma arrumação mais estanque dos assuntos.

De toda a forma, a tese central permanece perfeitamente clara: a exploração do Atlântico Sul gizada pela Coroa a partir de Quinhentos criou uma complementaridade que amarrou de forma parasitária uma margem do oceano à outra: “a destruição constante de Angola apresenta-se como a contrapartida da construção contínua do Brasil” (p. 325). E esse amarrar, essa construção de uma estrutura colonial complementar e não-concorrencial foi, em última instância, “determinada pelo capitalismo comercial” (p. 34). Alencastro faz notar que, em Portugal, muita gente acreditava que a África poderia ser um outro e, até, um mais fértil Brasil. E que, de acordo com essa convicção, durante algumas décadas foram dadas instruções aos governadores de Angola para estimularem a produção algodoeira e açucareira, concedendo-se aos povoadores locais os mesmos privilégios de que os brasileiros usufruíam. Contudo, a partir de meados do século XVII essa política foi abandonada porque, “no fundo, o povoamento colonial da África não estava na pauta” e porque “nenhum dos actores sociais intervindo na região propugnava o envolvimento cultural e a ocupação do espaço angolano” (p. 330). Angola tinha mão-de-obra, é certo, mas a cana-de-açúcar era de má qualidade e, sobretudo, não podia escoar a produção agrícola pois não existia uma navegação que a ligasse directamente à metrópole: “dadas as rotas comerciais da região, com pouco transporte directo para Lisboa e muito trato negreiro com a América portuguesa, o algodão e o açúcar eventualmente produzidos em Angola deveriam fazer escala nos portos brasileiros antes de seguir para Portugal. O frete do ziguezague no oceano levaria os produtos angolanos a chegar a Lisboa com um preço mais elevado que o dos seus similares brasileiros e inviabilizaria a empreitada” (p. 35). Fracassadas as tentativas de produzir algodão e açúcar em condições concorrenciais e lucrativas, Angola especializou-se, portanto, na produção de escravos e, acessoriamente, as fazendas dos plantadores locais ficaram confinadas a uma economia regional, produzindo para os nativos e os navios negreiros.

Em suma, Alencastro apresenta a complementaridade do eixo Brasil-Angola como se ela tivesse decorrido sobretudo de uma escolha ditada pelos interesses do capitalismo mercantil. Ora esta perspectiva suscita algumas objecções. Começemos por notar que o argumento puramente económico da ausência de transportes direc-

tos com Lisboa não é convincente. Da mesma forma que em 1500 não havia navegação para o Brasil e depois passou a haver, também Angola, desde que produtiva, geraria necessariamente fluxos de navegação até então inexistentes (como, aliás, se verificou no século XIX). Assinale-se, em segundo lugar, que, ao contrário do que Alencastro afirma, Portugal nunca abdicou definitivamente do desenvolvimento da agricultura angolana. Após alguns hiatos e períodos de desânimo, os sonhos de um continente negro próspero prosseguiram e continuaram a aflorar na correspondência e na acção de governadores coloniais Setecentistas e Oitocentistas, de homens como Sousa Coutinho ou D. Miguel António de Melo. Mas os seus esforços foram baldados, tal como haviam sido os dos seus antecessores e viriam a ser os de muitos que lhes sucederam. É verdade que muitos portugueses acreditavam que a África podia ser um manancial de riqueza. Mas sabiam também, e desde o início, que, na omnipresença das “febres” e no estado de desenvolvimento da medicina da época, essa região não era colonizável. Como já dizia João de Barros em meados do século XVI, “parece que por nossos pecados, ou por algum juízo de Deus oculto a nós, nas entradas desta grande Etiópia que nós navegamos, pôs um Anjo percuciente com uma espada de fogo de mortais febres, que nos impede não poder penetrar ao interior das fontes deste horto de que procedem estes rios de ouro que por tantas partes da nossa conquista saem ao mar”³. Ora, ainda que não ignore este quadro epidemiológico tropical, Alencastro não parece valorizá-lo suficientemente, tal como não terá valorizado suficientemente a consciência que os portugueses tinham dele. Daí que classifique a política portuguesa em Angola como uma “política minimalista de domínio” (p. 330), deixando subentendido que poderia ter havido uma outra posição e, eventualmente, até uma política “maximalista”. O que, nas condições sanitárias e políticas concretas então existentes, remete para o reino da fantasia. Mesmo no século XIX, após a perda da colónia brasileira, o fim do tráfico e a vulgarização do uso do quinine, foram necessárias décadas de esforço e de desaire para que o Portugal Oitocentista começasse a criar um *Novo Brasil* em África.

A exportação de africanos para o Brasil resultou não tanto de um determinismo económico, da “invisible hand” do capitalismo mercantil, mas de um feixe de condicionalismos e de escolhas prag-

³ *Da Ásia*, Década I^a, Livro III, Cap. 12.

máticas feitas tanto na Europa e na América como, também, em África. Esta última instância decisória passa discretamente pelo livro de Alencastro o que é pena, sobretudo quanto estamos perante um autor que faz várias digressões pela história mundial, que aborda com surpreendente à vontade inúmeros problemas, épocas, contextos, e que conhece e manobra bem a bibliografia específica (desse ponto de vista também o seu livro é muito rico e bem fundamentado). Apesar disso, não sentiu necessidade de enquadrar melhor as vertentes e dimensões africanas daquilo que designa por “trato de viventes”. Diz-nos, de passagem, que o Manicongo pretendia o monopólio do tráfico, ou que os Jagas colaboravam estreitamente com os portugueses na caça ao escravo. Mas não discorre sobre a natureza e a lógica desses comportamentos nem se alarga sobre os ganhos económicos, políticos e sociais que possibilitavam. Por outras palavras, falta no livro de Alencastro algo de semelhante ao que Miller fez na sua obra sobre o tráfico em Angola e que permite iluminar os dois lados da relação comercial euro-africana⁴. E essa lacuna tem a sua importância pois retira ao leitor a possibilidade de avaliar a predisposição das sociedades africanas para o comércio de homens, impossibilitando-o de perceber a trajectória e amplitude da transformação das instituições escravistas locais sob o impacto daquilo que classifica como a política de rapina dos portugueses.

Algo de semelhante se passa com a forma como valoriza negativamente o silêncio das fontes portuguesas a respeito das condições que os escravos enfrentavam na travessia do Atlântico. Quando sublinha que “alguns milhares de funcionários régios, comerciantes, colonos e padres, viajando da África ao Brasil (...) viram e ouviram o martírio dos deportados muito de perto” e que, “não obstante, as referências directas sobre as travessias seiscentistas contam-se pela palma de uma só mão” (p. 85) Alencastro está a sugerir uma peculiar insensibilidade portuguesa face aos horrores do tráfico. E é possível que nem sequer esteja errado. O trabalho que eu próprio desenvolvi sobre a forma como os portugueses encaravam o comércio negreiro na Era do Abolicionismo parece ir no mesmo sentido⁵.

⁴ Joseph C. Miller, *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. The University of Wisconsin Press, Madison, 1988.

⁵ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1999, cap. 6.

De toda a forma sugestões deste género só adquirem valor probatório se forem contextualizadas. No caso em apreço, seria preciso que Alencastro nos mostrasse em que é que o comportamento “insensível” dos portugueses a respeito das condições a bordo dos navios negreiros diferia do de outros europeus de Seiscentos o que, infelizmente, não foi feito.

Assinale-se, aliás, que há em *O Trato dos Viventes* uma propensão para penalizar os portugueses – ou, então, o capitalismo mercantil de que os portugueses eram, à época, os testas de ferro. Mas, antes de reagirem emotivamente a esta aparente sanha anti-portuguesa, os leitores deverão ter em consideração que o livro se insere numa velha tradição que remete para José Bonifácio de Andrade e Silva, Joaquim Nabuco e muitos outros vultos nacionais brasileiros, e que tende a demonizar os portugueses, responsabilizando-os não apenas pelo tráfico e escravidão dos negros mas também pelo facto de terem amarrado o Brasil a uma evolução histórica inteiramente dependente da mão-de-obra escrava africana. Expurgado desses exageros nacionalistas o livro de Alencastro é um importante contributo para a historiografia do Atlântico Sul.

Uma nota final sobre o rigor historiográfico: numa futura reedição da obra, seria imprescindível que o autor pudesse completar e corrigir certas irregularidades nas suas referências bibliográficas e documentais. Efectivamente, várias dessas referências estão mal situadas, ou porque estão incompletas (faltando-lhes, por exemplo, a indicação das páginas) ou porque os documentos citados não se encontram na localização indicada ou não sustentam as afirmações avançadas pelo autor.

